

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. **1. Conjuntura econômica:** A crise mundial perdeu força ao longo de 2013 e as políticas de estímulo adotadas pela maioria dos países desenvolvidos possibilitaram a retomada do crescimento, com destaque para a recuperação dos EUA, compensando uma menor expansão apresentada pelas economias emergentes. O PIB mundial apresentou crescimento de 2,9% em 2013 criando as bases para um melhor desempenho em 2014. O governo brasileiro manteve a política econômica adotada em 2012, voltada para proteger o País dos efeitos decorrentes da crise econômica internacional. Alguns incentivos fiscais e creditícios foram colocados em prática buscando estimular o consumo e os investimentos. O consumo se manteve como o principal motor do crescimento, à semelhança do observado em anos anteriores. Já os investimentos foram estimulados pelos gastos em infraestrutura e pelas concessões realizadas ao longo do ano. Os distúrbios políticos ocorridos em meados do ano e a alta dos juros internacionais, devido à maior expansão da economia americana, abalaram a confiança das empresas e consumidores, minando o crescimento no 2º semestre de 2013. O PIB em 2013, para o qual era esperado avanço de 3,0%, encerrou o ano com crescimento em torno de 2,5%. A desconexão entre consumo e produção permaneceu em 2013, levando à redução do superávit externo, bem como a crescentes pressões inflacionárias. Visando impedir que a inflação fugisse de controle, o Banco Central iniciou um novo ciclo de aperto monetário em 2013, elevando a taxa SELIC de 7,25% para 10,0% no período. A inflação fechou 2013 em 5,9%, muito próxima da registrada em 2012 (5,8%). Durante o processo de recuperação econômica dos EUA, o Banco Central americano deu sinais de que iniciaria o processo de normalização da política monetária a partir do início de 2014. Isso deu início a um processo de realocação de recursos pelo mundo, que fortaleceu o dólar americano e desvalorizou as cotações das commodities e ativos dos mercados emergentes em geral. O mercado de ações brasileiro, representado pelo índice Ibovespa, recuou 15,5% em 2013. No mesmo período, o Real mostrou depreciação de 14,6%. **2. Principais informações financeiras:**

| Resultado (R\$ milhões) | 2013 | 2012* | Var. |
|--|-----------|-----------|---------|
| Prêmios emitidos | 3.309,7 | 2.728,6 | 21,3% |
| Prêmios ganhos | 3.055,6 | 2.758,2 | 10,8% |
| Receita com emissão de apólices | - | 140,5 | - |
| Sinistros ocorridos | (1.853,9) | (1.578,2) | (17,5%) |
| Custos de aquisição | (665,8) | (654,6) | (1,7%) |
| Margem bruta | 535,9 | 666,0 | (19,5%) |
| Resultado antes dos impostos e participações | 481,7 | 436,1 | 10,4% |
| Lucro líquido | 389,3 | 408,4 | (4,7%) |

*Resultado de 2012 foi reclassificado para atender às normas vigentes. **3. Comentário sobre o desempenho:** No ano de 2013, a receita de prêmios de seguros atingiu R\$3.309,7 milhões, 21,3% acima da receita obtida em 2012. Os sinistros ocorridos somaram R\$ 1.853,9 milhões, 17,5% acima do observado no ano anterior. Os custos de aquisição somaram R\$ 665,8 milhões, aumento de 1,7% frente a 2012. Neste mesmo período, o lucro líquido alcançou R\$ 389,3 milhões, com redução de 4,7% em relação ao ano anterior. **3.1. Vendas e marketing:** Na área de vendas, a Companhia ofereceu aos seus

clientes um amplo portfólio de produtos e serviços diferenciados por meio de filiais e pontos de presença nas principais cidades do país que garantem apoio aos mais de 30 mil corretores que distribuem os produtos da Companhia aos seus clientes. Na área de comunicação, em 2013, a Companhia deu continuidade às suas campanhas de comunicação e ações de marketing que traduzem o posicionamento da marca, representando atendimento de qualidade e sem aborrecimentos para os clientes. **3.2. Pessoas:** A plataforma de gestão de pessoas da Companhia visa apoiar a evolução dos seus negócios, agir no engajamento de seus colaboradores e no fortalecimento da cultura organizacional. Em 2013, a Companhia buscou desenvolver os valores e as competências chave para o negócio, fortaleceu o investimento no desenvolvimento da liderança, reforçou as ações para melhoria no engajamento dos colaboradores e revisou a plataforma de capacitação dos colaboradores. **3.3. Sustentabilidade:** Em 2013, os temas relacionados à sustentabilidade tiveram força ainda mais ativa na Companhia. Diversas iniciativas foram implementadas no sentido de que o mercado no qual a Companhia está inserida se torne um influenciador na construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta para o futuro. **4. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2013 e 2012, a distribuição de dividendos da Companhia é a seguinte:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro antes dos impostos e participações | 481.698 | 436.149 |
| (-) Impostos e contribuições | (79.593) | (15.032) |
| (-) Participações | (12.839) | (12.688) |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 389.266 | 408.429 |
| Alteração de práticas contábeis | - | 754 |
| Lucro líquido do exercício | 389.266 | 409.183 |
| (-) Constituição da reserva legal (5%) | (19.463) | (20.459) |
| Lucro líquido ajustado | 369.803 | 388.724 |
| Dividendos obrigatórios | | |
| 25% do lucro líquido ajustado | 92.451 | 97.181 |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido a ser considerado nos dividendos | 89.250 | 110.021 |
| Bruto | 105.000 | 129.437 |
| Imposto de renda | (15.750) | (19.416) |
| Saldo dos dividendos obrigatórios | 3.201 | 97.181 |
| Juros sobre capital próprio líquidos excedentes ao dividendo obrigatório | - | 12.840 |
| Saldo dos dividendos obrigatórios propostos | 3.201 | 110.021 |

Destinação:
Constituição de reserva estatutária 261.602 259.287
Expansão de negócios (Até 71,25% do lucro líquido do exercício) 261.602 259.287
5. Investimentos: Em 31/12/2013, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Companhia de Seguros Gerais, no montante de R\$ 8,5 milhões, e Sul América Companhia de Seguro Saúde, no montante de R\$ 1.731,3 milhões. Adicionalmente, em 10/04/2013, foi aprovada a aquisição da totalidade da participação detida pela Saspar Participações S.A. (SASPAR) no capital social da Sul América Capitalização S.A., equivalente a 83,27% do seu capital social e votante pela controlada indireta Sul América Santa Cruz Participação S.A. (SANTA CRUZ). A aquisição foi concluída em 25/04/2013 (data de fechamento) com o implemento das condições precedentes previstas no contrato, firmado em 28/05/2012 e aditado em 18/03/2013. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento" para os quais possua intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento. **7. Acordo de acionistas.** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014. A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

| Ativo | Notas | 2012 | | Passivo | Notas | 2012 | |
|---|-------|------------------|------------------|--|--------|------------------|------------------|
| | | 2013 | (Reclassificado) | | | 2013 | (Reclassificado) |
| Ativo circulante | - | 3.509.360 | 3.066.982 | Passivo circulante | - | 3.069.291 | 2.474.019 |
| Disponível | - | 34.192 | 46.366 | Contas a pagar | - | 289.730 | 275.970 |
| Caixa e bancos | 6 | 34.192 | 46.366 | Obrigações a pagar | 15.1 | 159.096 | 163.261 |
| Equivalentes de caixa | 6 | 35.434 | 17.249 | Impostos e encargos sociais a recolher | - | 65.943 | 47.372 |
| Aplicações | 7.1 | 1.288.431 | 1.432.881 | Encargos trabalhistas | - | 13.988 | 9.826 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | - | 843.371 | 620.923 | Impostos e contribuições | - | 6.264 | 17.224 |
| Prêmios a receber | 8.1 | 805.726 | 589.287 | Outras contas a pagar | 15.2 | 44.439 | 38.287 |
| Operações com seguradoras | - | 20.014 | 21.230 | Débitos de operações com seguros e resseguros | - | 364.745 | 187.473 |
| Operações com resseguradoras | 9.1 | 17.631 | 10.406 | Prêmios a restituir | - | 8.794 | 7.965 |
| Outros créditos operacionais | 11 | 495.647 | 255.267 | Operações com seguradoras | - | 72.184 | 24.699 |
| Ativos de resseguro e retrocessão | - | - | - | Operações com resseguradoras | 9.1 | 91.852 | 58.078 |
| - Provisões técnicas | 9.2 | 273.268 | 199.844 | Corretores de seguros e resseguros | 16 | 69.452 | 61.918 |
| Títulos e créditos a receber | - | 166.705 | 178.330 | Outros débitos operacionais | - | 122.463 | 34.813 |
| Títulos e créditos a receber | - | 75.981 | 92.755 | Depósitos de terceiros | 17 | 20.211 | 15.761 |
| Créditos tributários e previdenciários | 10.1 | 21.693 | 14.622 | Provisões técnicas - Seguros | - | 2.359.799 | 1.955.268 |
| Outros créditos | 20.1 | 69.031 | 70.953 | Danos | 18.1 | 2.357.294 | 1.952.875 |
| Outros valores e bens | 12 | 36.447 | 38.055 | Pessoas | 18.1 | 2.505 | 2.393 |
| Bens a venda | - | 36.447 | 38.055 | Outros débitos | - | 34.806 | 39.308 |
| Despesas antecipadas | - | 18.578 | 16.265 | Provisões judiciais | 21 | 34.806 | 39.308 |
| Custos de aquisições diferidos | 13 | 317.287 | 261.802 | Débitos diversos | - | - | 239 |
| Seguros | - | 317.287 | 261.802 | Passivo não circulante | - | 850.502 | 844.453 |
| Ativo não circulante | - | 3.180.804 | 2.816.101 | Contas a pagar | - | 366.295 | 380.523 |
| Realizável a longo prazo | - | 1.322.688 | 1.219.694 | Obrigações a pagar | 15.1 | 296.506 | 322.340 |
| Aplicações | 7.1 | 246.722 | 236.873 | Tributos diferidos | 10.1.2 | 65.563 | 53.956 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | - | 521 | 5.256 | Outras contas a pagar | 15.2 | 4.226 | 4.227 |
| Prêmios a receber | 8.1 | - | 5.187 | Débitos de operações com seguros e resseguros | - | - | 4.687 |
| Operações com seguradoras | - | - | 69 | Operações com seguradoras | - | - | 2.675 |
| Operações com resseguradoras | 9.1 | 521 | - | Operações com resseguradoras | 9.1 | - | 2.012 |
| Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas | 9.2 | 119.193 | 100.837 | Provisões técnicas - Seguros | - | 260.723 | 241.167 |
| Títulos e créditos a receber | - | 948.671 | 869.846 | Danos | 18.1 | 260.526 | 241.021 |
| Créditos tributários e previdenciários | 10.1 | 252.059 | 244.313 | Pessoas | 18.1 | 197 | 146 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 21 | 682.686 | 610.009 | Outros débitos | - | 223.484 | 218.076 |
| Outros créditos operacionais | - | 13.926 | 15.524 | Provisões judiciais | 21 | 223.484 | 218.076 |
| Despesas antecipadas | - | 3.968 | 2.995 | Patrimônio líquido | - | 2.770.371 | 2.564.611 |
| Custos de aquisição diferidos | 13 | 3.613 | 3.887 | Capital social | 22.1 | 1.650.000 | 1.250.000 |
| Seguros | - | 3.613 | 3.887 | Reservas de capital | - | (4.147) | (4.147) |
| Investimentos | - | 1.742.429 | 1.506.814 | Reservas de lucros | - | 1.176.271 | 1.295.206 |
| Participações societárias | 14 | 1.739.858 | 1.504.302 | Ajustes de avaliação patrimonial | - | (51.753) | 23.552 |
| Imóveis destinados a renda | - | 2.184 | 2.268 | Total do passivo | - | 6.690.164 | 5.883.083 |
| Outros investimentos | - | 387 | 244 | | | | |
| Imobilizado | - | 40.389 | 36.584 | | | | |
| Imóveis de uso próprio | - | 98 | 99 | | | | |
| Bens móveis | - | 20.886 | 13.370 | | | | |
| Outras imobilizações | - | 19.405 | 23.115 | | | | |
| Intangível | - | 75.298 | 53.009 | | | | |
| Outros intangíveis | - | 75.298 | 53.009 | | | | |
| Total do ativo | - | 6.690.164 | 5.883.083 | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

| Descrição | Capital social | Reservas de capital | Reserva legal | Reserva estatutária | Total das reservas de lucros | Ajustes de títulos e valores mobiliários | Lucros acumulados | Total |
|---|------------------|---------------------|---------------|---------------------|------------------------------|--|-------------------|------------------|
| | | | | | | | | Total |
| Saldo em 01/01/2012 | 1.250.000 | (4.147) | 16.006 | 990.141 | 1.006.147 | 7.687 | - | 2.259.687 |
| Alteração de práticas contábeis (nota 2.1) | - | - | - | 10.067 | 10.067 | (4.370) | - | 5.697 |
| Saldo ajustados em 01/01/2012 | 1.250.000 | (4.147) | 16.006 | 1.000.208 | 1.016.214 | 3.317 | - | 2.265.384 |
| Alteração de práticas contábeis (nota 2.1) | - | - | - | (754) | (754) | - | 754 | - |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | - | - | - | - | 20.235 | 20.235 |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 408.429 | 408.429 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 20.459 | - | 20.459 | - | (20.459) | - |
| Reserva estatutária | - | - | - | 259.287 | 259.287 | - | (259.287) | - |
| Juros sobre o capital próprio - R\$316.472,41 por ação | - | - | - | - | - | - | (129.437) | (129.437) |
| Saldo em 31/12/2012 | 1.250.000 | (4.147) | 36.465 | 1.258.741 | 1.295.206 | 23.552 | - | 2.564.611 |
| Aumento de capital conforme AGO/E de 28/03/2013 - Portaria SUSEP nº 5.478 | 400.000 | - | (36.465) | (363.535) | (400.000) | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | - | - | - | (75.305) | - | (75.305) |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 389.266 | 389.266 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 19.463 | - | 19.463 | - | (19.463) | - |
| Reserva estatutária | - | - | - | 261.602 | 261.602 | - | (261.602) | - |
| Juros sobre o capital próprio - R\$256.723,72 por ação | - | - | - | - | - | - | (105.000) | (105.000) |
| Dividendos propostos - R\$7.825,66 por ação | - | - | - | - | - | - | (3.201) | (3.201) |
| Saldo em 31/12/2013 | 1.650.000 | (4.147) | 19.463 | 1.156.808 | 1.176.271 | (51.753) | - | 2.770.371 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A., denominada "SASA", com 24,45% de participação direta e 75,55% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A., denominada "SAEPAR". A Sul América S.A., denominada "SASA", controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,88% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,67% de participação total. Nessas demonstrações financeiras o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras

não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 464, emitida em 01/03/2013 em substituição a Circular SUSEP nº 430/2012 e a emissão da Circular SUSEP nº 462 de 31/01/2013 que dispõe sobre a constituição de provisões técnicas. As principais alterações nas demonstrações financeiras foram: extinção da provisão complementar de prêmios (PCP), o reconhecimento dos prêmios de seguro pela emissão dos contratos de seguros e não apenas pela vigência do risco e a reclassificação da Provisão de Despesas Administrativas (PDA) para a recém-criada Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). Adicionalmente, até 2012, a Companhia diferia o custo de apólice e apropriava ao resultado, na conta "Receita com emissão de apólices", de acordo com o prazo de vigência dos contratos. No entanto, a SUSEP emitiu a Resolução CNSP nº 264 em 05/10/2012 que extinguiu o custo de apólice e a conta supramencionada a partir de janeiro de 2013. Desta forma, o saldo remanescente, registrado na rubrica "Custo de aquisição diferidos", está sendo apropriado mensalmente na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais" até o final da vigência dos contratos. Os impactos nas demonstrações financeiras comparativas estão demonstrados a seguir contemplando também as alterações introduzidas pela revisão do CPC 33, conforme nota 3.10.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

| Descrição | Notas | 2012 | |
|--|-------|--------------------|--------------------|
| | | 2013 | (Reclassificado) |
| Prêmios emitidos | - | 3.309.727 | 2.728.553 |
| Variações das provisões técnicas de prêmios | - | (254.145) | 29.688 |
| Prêmios ganhos | 23.1 | 3.055.582 | 2.758.241 |
| Receita com emissão de apólices | - | - | 140.534 |
| Sinistros ocorridos | 23.2 | (1.853.920) | (1.578.228) |
| Custos de aquisição | 23.3 | (665.790) | (654.582) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 23.4 | (50.444) | (100.256) |
| Resultado com operações de resseguro | 23.5 | 9.223 | (177.605) |
| Receita com resseguro | - | 143.251 | (13.661) |
| Despesa com resseguro | - | (134.028) | (163.944) |
| Despesas administrativas | 23.6 | (440.272) | (358.779) |
| Despesas com tributos | 23.7 | | |

| | 2012 | | |
|--|------------------|-----------------|------------------|
| | Publicado | Ajustes | Reclassificado |
| Disponível e aplicações | 1.733.369 | - | 1.733.369 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros (c) | 877.458 | 3.988 | 881.446 |
| Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas e outros créditos operacionais (a) | 302.540 | (1.859) | 300.681 |
| Títulos e créditos a receber (d) (f) | 1.074.015 | (25.839) | 1.048.176 |
| Outros valores e bens | 38.055 | - | 38.055 |
| Despesas antecipadas | 19.260 | - | 19.260 |
| Custos de aquisição diferidos (c) | 265.043 | 646 | 265.689 |
| Investimento, imobilizado e intangível (e) | 1.592.485 | 3.922 | 1.596.407 |
| Total | 5.902.225 | (19.142) | 5.883.083 |

| | Publicado | Ajustes | Reclassificado |
|--|------------------|-----------------|------------------|
| Contas a pagar, provisões judiciais e débitos diversos (b) (d) (g) | 929.479 | (15.363) | 914.116 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros (c) | 191.514 | 646 | 192.160 |
| Depósitos de terceiros | 15.761 | - | 15.761 |
| Provisões técnicas - Seguros (a) (c) | 2.202.732 | (6.297) | 2.196.435 |
| Patrimônio líquido (f) | 2.562.739 | 1.872 | 2.564.611 |
| Total | 5.902.225 | (19.142) | 5.883.083 |

| | Publicado | Ajustes | Reclassificado |
|--|-------------|---------|----------------|
| Demonstração de resultado do exercício | | | |
| Prêmios ganhos (a) | 2.756.212 | 2.029 | 2.758.241 |
| Receita com emissão de apólices | 140.534 | - | 140.534 |
| Sinistros ocorridos | (1.578.228) | - | (1.578.228) |
| Custo de aquisição | (654.582) | - | (654.582) |
| Outras receitas e despesas operacionais | (100.256) | - | (100.256) |
| Resultado com operações de resseguro (a) | (177.360) | (245) | (177.605) |
| Despesas administrativas, despesas com tributos, resultado patrimonial e ganhos com ativos não correntes (b) | (171.312) | (1.871) | (173.183) |
| Resultado financeiro | 221.228 | - | 221.228 |

| | Publicado | Ajustes | Reclassificado |
|---|----------------|--------------|----------------|
| Resultado antes dos impostos e participações | 436.236 | (87) | 436.149 |
| Imposto de renda, contribuição social e participações sobre o resultado (b) | (27.053) | (667) | (27.720) |
| Lucro líquido | 409.183 | (754) | 408.429 |

(a) Refere-se ao estorno da PCP; (b) Refere-se ao efeito fiscal sobre o ajuste da PCP; (c) Refere-se ao reconhecimento das emissões de apólices com vigência futura; (d) Refere-se ao ajuste dos ganhos e perdas de benefícios definidos e seus efeitos fiscais R\$4.691; (e) Refere-se ao reconhecimento do reflexo dos ajustes no patrimônio de controladas relativo a benefícios definidos e reversão da PCP, PIP e POR; (f) Efeito no patrimônio líquido da Companhia dos ajustes da PCP, PIP, POR e de ganhos e perdas de benefícios definidos líquidos de tributos referentes a suas controladas; e (g) Refere-se à reclassificação da antecipação do imposto de renda e contribuição social para o passivo no montante de R\$30.460. As reclassificações e ajustes não apresentam efeito significativo no resultado ou patrimônio líquido e na posição patrimonial. Portanto, a Administração julgou que os impactos nas demonstrações financeiras de 01/01/2012 não foram significativos para a compreensão destas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 25/02/2014. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Caixa e equivalentes de caixa (nota 6); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 7); e; • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 7). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pela emissão dos contratos de seguros ou pela vigência do risco das apólices/faturas para os casos que a vigência se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente; e • As comissões e agenciamento de seguros são registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros e os agenciamentos referentes aos produtos de vida são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Até 31/12/2012, os demais custos diretamente relacionados ao processo de angrariação de contratos de seguros (INSS sobre comissão de corretagem, inspeção de risco, bônus de produção, custos terceiros e despesas de pessoal) eram registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorria na rubrica "Custos de aquisição". Para os produtos de danos, os demais custos diferidos eram apropriados, de forma linear, pelo prazo de vigência dos contratos de seguros e para os produtos de pessoas, os demais custos eram amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados em carteira. O saldo remanescente está sendo apropriado mensalmente ao resultado, na conta "Outras receitas e despesas operacionais"; e • Sinistros são refletidos nos resultados com base na avaliação do IBNR (Incurred But Not Paid) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros e que não são diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado:** • Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e desvalorizações no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.4.1) e de acordo com a gestão de riscos documentada; • Derivativos: São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio do resultado, sendo compostos contratos futuros. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados a valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.4. Participações societárias:** Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações: • As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O valor na aquisição de ações de controlada, de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. **3.5. Redução ao valor recuperável:** • Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da entidade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros; • Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos

de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para o período de até 5 anos. **3.7. Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: (a) **Provisão para prêmios não ganhos (PPNG):** A PPNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de danos e de pessoas. Vale destacar que a provisão de riscos não expirados (PRNE), que constava no artigo 20 da resolução CNSP nº 162/2006, foi extinta, e o seu conceito foi unificado com o da PPNG. (b) **Provisão para prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica entre a PPNG em atraso e a PPNG emitida de acordo com a avaliação atuarial anual efetuada na data das demonstrações financeiras, para os contratos de seguro de danos. (c) **Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados até a data base. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP que considera a estimativa de sinistralidade ao final do período de cobertura nos contratos de seguro em vigência. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR - Incurred But Not Reported). Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.7 item (e). (d) **Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais.** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais considerados semelhantes recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração itens específicos, apurados com base em fatores calculados a partir da comparação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. (e) **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base das demonstrações financeiras e com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia melhor adaptável considerando a experiência histórica. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos. (f) **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) – Judicial:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização. A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída, com base em métodos matemáticos, considerando o histórico de pagamento de até 60 meses, que compreendem os: (i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação e, entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação; (ii) Percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; (iii) Valor médio dos sinistros judiciais registrados na rubrica "Provisões técnicas - Seguros", resultando no valor médio das causas. (g) **Provisão para despesas relacionadas:** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente. A ULAE referente à PSL para os ramos de pessoas é apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL. A parte da ULAE referente ao IBNR é calculada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicado a quantidade estimada de sinistros IBNR. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR abrange as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos, tendo em vista que a parcela referente aos sinistros a ocorrer já estão contempladas na PPNG. **3.8. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT):** O CPC 11 requer que as seguradoras que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data base do teste, sendo brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros divulgada pela SUSEP. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste de adequação são contabilizadas na Provisão Complementar de Cobertura - PCC, com contrapartida no resultado. **3.9. Provisões para processos judiciais:** • Cíveis e trabalhistas: A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente; • Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras na rubrica "Contas a pagar - Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos

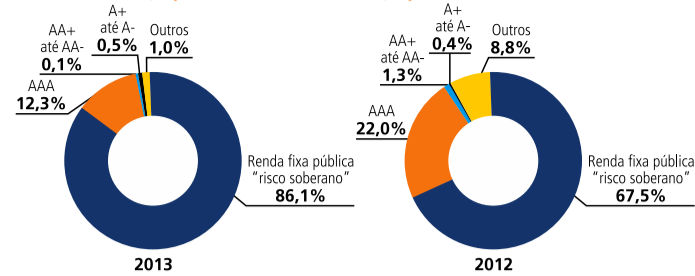
estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.10. Benefício a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos. Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.11. Pagamento com base em ações:** A Companhia remunera administradores com ações da SASA e o plano é precificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. O valor justo do Plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas a seus empregados (vide nota 19.2). A partir do programa de 2013, o plano geral de opção de compra de ações, passou a ter somente programa com outorga de opções bonificadas. Neste atual plano de remuneração em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. **3.12. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.13. Contratos de seguros:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **3.14. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 6); • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 7); • Custos de aquisição diferidos (nota 13); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 18); • Movimentação dos créditos tributários (nota 10.1.2); e • Ações fiscais (nota 21.2). **3.15. Normas emitidas e ainda não adotadas: (a) Normas internacionais (IFRS):** O International Accounting Standards Board (IASB) publicou vários pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis (novos ou alterações), cuja adoção obrigatória é a partir dos exercícios iniciados após 01/01/2014. A SulAmérica não tem intenção em adotar qualquer uma dessas normas antecipadamente. Aquelas normas que podem ter algum impacto para a SulAmérica estão apresentadas a seguir: **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014:** • **IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** Introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. • **IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** Clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. • **IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** Clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições. • **IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (Consolidated financial statements), IFRS12 - Divulgação de participações em outras entidades (Disclosure of interests in other entities) e IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Consolidated and separate financial statements) (alteração):** Introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para as empresas de investimento. • **IFRIC 21 - Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** Introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:** O IASB suprimiu a data de início de vigência da norma IFRS 9, prevista para 01/01/2015, e ainda não anunciou a nova data. Apenas, informou que não será antes de 01/01/2017. • **IFRS 9 (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. • **IFRS 9 e 7 (alterações):** Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 sobre data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição. A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos dessas novas normas ou alteração em suas demonstrações financeiras. (b) **Receita Federal do Brasil (RFB):** Em 11/11/2013, foi publicada a Medida Provisória 627 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais - IFRS). Consequentemente o Regime Tributário de Contábeis (RTT) será extinto. A norma entra em vigor a partir de 01/01/2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 01/01/2014. A Companhia avaliou a norma e concluiu que não há efeitos relevantes e que irá adotar a norma a partir de 01/01/2015 (inclusive) e não antecipadamente. **4. Gestão de riscos:** A gestão de riscos corporativos na SulAmérica está baseada nas melhores práticas definidas em COSO (Committee of sponsoring Organizations of the treadway Commission) e Solvência II. O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aproveitando o apetite a riscos recomendado pelo Comitê de Riscos Corporativos (CoR). O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, dentro das preferências, tolerâncias e limites definidos. Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (Business Unit – BU), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem esses limites aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. **4.1. Riscos de concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas na região sudeste. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios diretos por região e por classe de negócio.

| Ramos | Centro | | | | Sul | Total |
|---------------------|---------|-------|----------|--------|-------|-------|
| | Sudeste | Norte | Nordeste | Oeste | | |
| Automóvel | 63,2% | 1,6% | 12,7% | 7,0% | 15,5% | 100% |
| Cascos | 89,9% | 0,3% | 4,6% | 0,0% | 5,2% | 100% |
| Condominial | 56,7% | 2,2% | 9,1% | 6,2% | 25,8% | 100% |
| Crédito | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 100% |
| Empresarial | 67,9% | 1,9% | 6,3% | 1,9% | 22,1% | 100% |
| Habitacional | 3,6% | 0,0% | 0,0% | 83,8% | 12,6% | 100% |
| Patrimonial demais | 66,6% | 1,6% | 12,7% | 6,4% | 12,7% | 100% |
| Pessoas demais | 99,0% | 0,1% | 0,1% | 0,3% | 0,5% | 100% |
| Residencial | 39,4% | 0,8% | 3,6% | 4,1% | 52,1% | 100% |
| Responsabilidades | 84,2% | 0,4% | 4,2% | 1,1% | 10,1% | 100% |
| Riscos especiais | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100% |
| Rural/Animais | 60,8% | 6,6% | 0,6% | 2,8% | 29,1% | 100% |
| Transporte nacional | 60,4% | 0,1% | 5,8% | 1,0% | 32,8% | 100% |
| Transportes demais | 77,4% | 0,0% | 2,0% | 0,3% | 20,2% | 100% |
| Vida em grupo | 75,5% | 0,7% | 6,2% | 3,4% | 14,1% | 100% |
| Outros | 65,4% | 1,9% | 9,3% | 10,8% | 12,6% | 100% |

| Ramos | Centro | | | | Sul | Total |
|---------------------|---------|-------|----------|-------|-------|-------|
| | Sudeste | Norte | Nordeste | Oeste | | |
| Automóvel | 61,1% | 2,1% | 12,4% | 6,5% | 17,9% | 100% |
| Cascos | 95,5% | 0,0% | 0,5% | 0,0% | 4,0% | 100% |
| Condominial | 64,6% | 2,5% | 9,1% | 5,2% | 18,6% | 100% |
| Crédito | 60,4% | 0,0% | 0,0% | 39,6% | 0,0% | 100% |
| Empresarial | 66,0% | 2,4% | 7,3% | 2,3% | 22,0% | 100% |
| Habitacional | 9,8% | 0,0% | 0,0% | 73,0% | 17,2% | 100% |
| Patrimonial demais | 67,9% | 2,1% | 11,5% | 5,4% | 13,1% | 100% |
| Pessoas demais | 98,1% | 0,1% | 0,2% | 0,5% | 1,1% | 100% |
| Residencial | 49,6% | 1,6% | 6,6% | 3,0% | 39,2% | 100% |
| Responsabilidades | 95,3% | 0,1% | 1,3% | 0,2% | 3,1% | 100% |
| Riscos especiais | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100% |
| Riscos financeiros | 99,5% | 0,0% | 0,5% | 0,0% | 0,0% | 100% |
| Rural/Animais | 12,8% | 25,8% | 0,1% | 0,8% | 60,5% | 100% |
| Transporte nacional | 57,1% | 0,2% | 7,0% | 2,6% | 33,1% | 100% |
| Transportes demais | 86,6% | 0,0% | 1,3% | 2,1% | 10,0% | 100% |
| Vida em grupo | 85,2% | 0,6% | 4,9% | 1,9% | 7,4% | 100% |
| Outros | 76,6% | 2,4% | 7,9% | 5,1% | 8,0% | 100% |

4.2. Descrição e gestão dos riscos nas operações: O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: crédito, mercado, subscrição, operacional, estratégico e legal e compliance. **4.2.1. Risco de crédito:** • **Aplicações financeiras:** Os investimentos em crédito privado são realizados de acordo com o definido na política de investimentos da organização e após análises internas do Comitê de Crédito que avalia o risco de cada emissor. Os gráficos a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco. Verifica-se que 98,4% do total de aplicações financeiras em 31

Investimento por categoria de riscos
R\$ 1,6 bilhão em 2013 e R\$ 1,7 bilhão em 2012



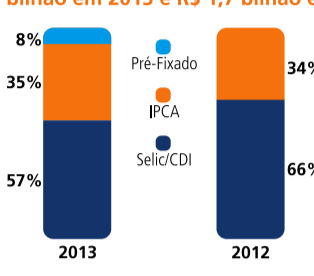
4.2.1.1. Operações de seguros: A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável dos prêmios a receber (ver informação adicional na nota 8.2). **4.2.1.2. Operações de resseguro:** O valor da exposição ao risco de crédito tendo como contraparte os resseguradores, considera as seguintes parcelas: • Créditos referentes aos prêmios a receber de parcelas vendidas; • Créditos referentes aos sinistros e benefícios a recuperar; • Créditos referentes às comissões e outros créditos a recuperar; • Prêmios de resseguro e retrocessão diferidos; • Valor dos custos de aquisição diferidos referentes às comissões pagas ao ressegurador; • Capital regulatório que seria requerida caso a retenção do negócio estivesse com a Companhia e não com a contraparte. A exposição ao risco de resseguro em 31/12/2013 é de R\$443.662 (R\$327.016 em 2012), concentrada em empresas com categoria de risco A+, AA- e A-.

| Ramos | 2013 | 2012 |
|---------------------|----------------|----------------|
| Automóvel | 1.760 | 2.200 |
| Cascos | 9.167 | 30.386 |
| Condominial | 13.153 | 8.719 |
| Empresarial | 23.586 | 22.423 |
| Habitacional | 8.489 | 3.399 |
| Patrimonial demais | 240.909 | 131.163 |
| Responsabilidades | 31.580 | 25.692 |
| Riscos especiais | 4.421 | 7.745 |
| Riscos financeiros | 70 | 161 |
| Transporte nacional | 5.591 | 2.680 |
| Transportes demais | 104.142 | 86.347 |
| Outros | 794 | 6.101 |
| Total | 443.662 | 327.016 |

| Classe | Categoria de risco | Exposição | % | Exposição | % |
|--------------|--------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| Local | A- | 264.414 | 59,6% | 234.611 | 71,7% |
| Local | A+ | 4.471 | 1,0% | - | 0,0% |
| Local | AA- | 3.313 | 0,7% | - | 0,0% |
| Local | - | 6.252 | 1,4% | 15.467 | 4,7% |
| Eventual | A- | 2.103 | 0,5% | 1.221 | 0,4% |
| Eventual | A | 618 | 0,1% | 584 | 0,2% |
| Eventual | A+ | 71.048 | 16,0% | 27.018 | 8,3% |
| Admitido | A- | 80 | 0,0% | 105 | 0,0% |
| Admitido | A | - | 0,0% | 369 | 0,1% |
| Admitido | A+ | 14.110 | 3,2% | 11.232 | 3,4% |
| Admitido | AA- | 77.203 | 17,4% | 35.567 | 10,9% |
| Admitido | AA | 50 | 0,2% | 842 | 0,2% |
| Total | | 443.662 | 100% | 327.016 | 100% |

Ressegurador local: Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão; **Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na Lei Complementar nº 126/2007 e nas normas aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão; **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na Lei Complementar nº 126/2007 e nas normas aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2013, há R\$1.318.217 (R\$648.127 em 2012) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) com probabilidade de êxito "possível", para os quais o CPC 25 determina que não sejam provisionados, apenas divulgados. **4.2.2. Risco de mercado:** O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela Sul América como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira de reserva técnica. Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o stress testing. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2013 e 2012, contemplando os saldos depositados em conta corrente, as operações compromissadas e o contas a pagar e a receber dos fundos de investimentos exclusivos.

Investimento por indexador
R\$ 1,6 bilhão em 2013 e R\$ 1,7 bilhão em 2012



• **Risco cambial:** A política de investimentos não permite exposição cambial, exceto quanto a certas operações de ramos elementares, que são feitas em moeda estrangeira. Os saldos ativos em dólares norte-americanos, em 31/12/2013, montam US\$74.247 mil (US\$92.871 mil em 2012) e os saldos passivos montam US\$72.128 mil (US\$93.766 mil em 2012). Em 31/12/2013, o montante de risco cambial inclui basicamente US\$500.973 mil (US\$228.644 mil em 2012) e o resseguro correspondente é de US\$480.924 mil (US\$227.904 mil em 2012) o que representa um risco residual de US\$20.049 mil (US\$740 mil em 2012), provenientes de sinistros judiciais com probabilidade de êxito "possível" e, apesar de não estar contabilizado, conforme determina a prática contábil, é considerado para fins de exposição cambial. • **Risco de renda variável:** A Companhia não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos que garanta a cobertura das provisões técnicas. A posição de renda variável está alocada na carteira de capital no valor de R\$242 mil (R\$145 mil em 2012) com mandato de investimento próprio. • **Risco de liquidez:** As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos ativos e passivos financeiros e de seguros nas datas de 31/12/2013 e 2012:

| Descrição | 2013 | | 2012 | | Valor de mercado | Ganho ou (perda) | Outras | Valor contábil |
|-----------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------|------------------|------------------|----------|----------------|
| | Até 02 anos ou sem vencimento | Mais de 02 anos e até 05 anos | Mais de 05 anos e até 10 anos | Mais de 10 anos | | | | |
| Instrumentos financeiros | | | | | | | | |
| Equivalente de caixa | 35.434 | - | - | - | 35.434 | - | - | 35.434 |
| Aplicações financeiras | 593.685 | 765.616 | 187.360 | 14.110 | 1.560.771 | 1.537.138 | (23.633) | 1.533.238 |
| Valor justo por meio do resultado | 123.671 | 4.031 | - | - | 127.702 | 127.697 | (5) | 127.697 |
| Disponível para venda | 366.417 | 624.571 | 187.360 | 8.362 | 1.186.710 | 1.159.182 | (27.528) | 1.159.182 |
| Mantido até o vencimento | 103.597 | 137.014 | - | 5.748 | 246.359 | 250.259 | 3.900 | 246.359 |
| Refinanciamento fiscal - REFIS | 23.739 | 3.759 | - | - | 27.498 | - | - | 27.498 |
| Seguros e resseguros | | | | | | | | |
| Provisões técnicas | 2.102.742 | 54.237 | 1.291 | - | - | - | 69.791 | 2.228.061 |
| Ativos de resseguros | 380.082 | 8.840 | 455 | - | - | - | 3.084 | 392.461 |
| Passivos de seguros (1) | 2.482.824 | 63.077 | 1.746 | - | - | - | 72.875 | 2.620.522 |

| Descrição | 2013 | | 2012 | | Valor de mercado | Ganho ou (perda) | Outras | Valor contábil |
|-----------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------|------------------|------------------|--------|----------------|
| | Até 02 anos ou sem vencimento | Mais de 02 anos e até 05 anos | Mais de 05 anos e até 10 anos | Mais de 10 anos | | | | |
| Instrumentos financeiros | | | | | | | | |
| Equivalentes de caixa | 17.249 | - | - | - | 17.249 | - | - | 17.249 |
| Aplicações financeiras | 923.502 | 581.655 | 126.816 | 13.363 | 1.645.336 | 1.693.441 | 48.105 | 1.664.099 |
| Valor justo por meio do resultado | 152.652 | 196 | 315 | - | 153.163 | 153.304 | 141 | 153.304 |
| Disponível para venda | 770.850 | 354.430 | 126.501 | 7.932 | 1.259.713 | 1.278.335 | 18.622 | 1.278.335 |
| Mantido até o vencimento | - | 227.029 | - | 5.431 | 232.460 | 261.802 | 29.342 | 232.460 |
| Refinanciamento fiscal - REFIS | 131 | - | - | - | 131 | - | - | 131 |
| Seguros e resseguros | | | | | | | | |
| Provisões técnicas | 1.754.798 | 77.906 | 576 | - | - | - | 62.474 | 1.895.754 |
| Ativos de resseguros | 276.668 | 21.527 | 400 | - | - | - | 2.086 | 300.681 |
| Passivos de seguros (1) | 2.031.466 | 99.433 | 976 | - | - | - | 64.560 | 2.196.435 |

(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2013, principalmente, R\$66.178 de IBNC - "Incurred But Not Cited" (R\$56.024 em 2012) e R\$6.697 de ULAE (R\$7.221 em 2012). A legislação em vigor prevê alguns redutores que são usados na apuração dos passivos que as seguradoras devem oferecer garantias com ativos específicos e portanto, esta informação deve ser analisada em conjunto com a nota 18.2. O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela. • **Risco da inflação:** Os estudos de ALM identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros é indexada a inflação, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitos à atualização monetária por índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2013, a Companhia registrou aproximadamente R\$556,7 milhões (R\$571,3 milhões em 2012) de ativos indexados a inflação. • **Instrumentos financeiros derivativos:** A utilização de instrumentos financeiros derivativos na Sul América obedece as normas específicas sobre o tema. As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, com o objetivo de proteção da carteira. A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI). Apenas 1,02% (2,24% em 2012) do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI. **4.2.3. Risco de subscrição:** O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco na precificação e risco nas provisões. (a) **Análise de sensibilidade dos negócios de seguro:** A sensibilidade no resultado antes

de impostos, sob o impacto de "choques" simulados de 1 ponto percentual na sinistralidade, despesas administrativas ou custos de aquisição, está demonstrada a seguir:

| Premissas | 2013 | | 2012 | |
|--|----------|----------|---------|---------|
| | AUTO | RIC* | AUTO | RIC* |
| Bruto de Líquido de resseguro | - | - | - | - |
| Aumento de 1% na sinistralidade | (24.022) | (24.009) | (5.122) | (3.343) |
| Aumento de 1% nas despesas administrativas | (3.755) | (3.755) | (752) | (752) |
| Aumento de 1% nos custos de aquisição | (5.608) | (5.604) | (939) | (787) |
| Bruto de Líquido de resseguro | (21.418) | (21.390) | (4.546) | (3.045) |
| Aumento de 1% na sinistralidade | (21.418) | (21.390) | (4.546) | (3.045) |
| Aumento de 1% nas despesas administrativas | (3.653) | (3.653) | (554) | (554) |
| Aumento de 1% nos custos de aquisição | (4.406) | (4.406) | (571) | (571) |

* **RIC: Riscos Industriais e Comerciais**
(b) **Risco na provisão:** A seguir, as tabelas que refletem a evolução das provisões de sinistros administrativos e judiciais nos últimos exercícios:

| Ano | R\$ milhões | | | | | | | | | |
|---|-------------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|--|
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | |
| Provisão de sinistros contabilizada | 299,45 | 478,43 | 476,72 | 565,61 | 647,25 | 544,03 | 614,55 | 519,00 | 671,56 | |
| Efeito do desconto financeiro | (5,19) | (4,63) | (4,84) | (6,33) | (22,41) | (16,36) | (22,60) | (15,24) | (16,78) | |
| Provisão de sinistros sem desconto financeiro | 304,63 | 483,05 | 481,56 | 571,94 | 669,67 | 560,39 | 637,15 | 534,25 | 688,39 | |
| Estimativa de sinistros acumulada: | | | | | | | | | | |
| No final do ano | 304,63 | 483,05 | 481,56 | 571,94 | 669,67 | 560,39 | 637,15 | 534,25 | 688,39 | |
| Um ano depois | 373,21 | 606,38 | 494,48 | 585,75 | 687,42 | 616,24 | 576,68 | 537,98 | - | |
| Dois anos depois | 440,74 | 602,18 | 438,08 | 596,50 | 714,16 | 604,69 | 633,16 | - | - | |
| Três anos depois | 466,89 | 555,48 | 460,48 | 633,69 | 700,43 | 603,98 | - | - | - | |
| Quatro anos depois | 378,51 | 567,93 | 496,29 | 622,60 | 701,65 | - | - | - | - | |
| Cinco anos depois | 387,93 | 566,99 | 494,19 | 626,97 | - | - | - | - | - | |
| Seis anos depois | 407,63 | 580,96 | 495,41 | - | - | - | - | - | - | |
| Sete anos depois | 416,50 | 581,61 | - | - | - | - | - | - | - | |
| Oito anos depois | 417,68 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Estimativa de sinistros acumulada até 2013 | 417,68 | 581,61 | 495,41 | 626,97 | 701,65 | 603,98 | 633,16 | 537,98 | 688,39 | |
| Pagamentos acumulados até 2013 | 409,73 | 564,62 | 477,65 | 595,06 | 661,04 | 555,47 | 512,44 | 377,32 | - | |
| Responsabilidade reconhecida em 2013 | 7,95 | 9,04 | 0,77 | 14,15 | 8,71 | 7,89 | 72,22 | 39,93 | 527,74 | |
| Desconto financeiro reconhecido em 2013 | (0,01) | (0,03) | (0,04) | (0,52) | (0,98) | (0,54) | (2,57) | (1,97) | (10,13) | |

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2013, R\$6,7 milhões (R\$7,2 milhões em 2012) de ULAE.

| Ano | R\$ milhões | | | | |
|---|-------------|--------|--------|--------|--------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Provisão de sinistros contabilizada | 203,43 | 248,70 | 414,40 | 402,78 | 321,06 |
| Provisão de sinistros sem desconto financeiro | 203,43 | 248,70 | 414,40 | 402,78 | 321,06 |
| Estimativa de sinistros acumulada: | | | | | |
| No final do ano | 203,43 | 248,70 | 414,40 | 402,78 | 321,06 |
| Um ano depois | 285,51 | 397,21 | 430,48 | 367,97 | 342,47 |
| Dois anos depois | 409,46 | 440,09 | 401,36 | 395,53 | - |
| Três anos depois | 449,16 | 408,32 | 425,80 | - | - |
| Quatro anos depois | 423,74 | 440,09 | - | - | - |
| Cinco anos depois | 450,92 | - | - | - | - |
| Estimativa de sinistros acumulada até 2013 | 450,92 | 440,09 | 425,80 | 395,53 | 342,47 |
| Pagamentos acumulados até 2013 | 218,96 | 194,14 | 164,67 | 115,06 | 38,97 |
| Responsabilidade reconhecida em 2013 | 231,96 | 13,98 | 15,18 | 19,35 | 23,03 |

A evolução de sinistros judiciais não considera, em 31/12/2013, R\$ 66,2 milhões (R\$56,02 milhões em 2012) de Incurred But Not Cited (IBNC).

| Descrição | 2013 | | 2012 | |
|--|------------------|----------------------|----------------------|-------------|
| | Prêmios emitidos | Prêmios de resseguro | Prêmios de Resseguro | Resseguro % |
| Automóvel | 2.806.249 | (1.009) | 0,04% | - |
| Patrimonial | 275.206 | (94.015) | 34,16% | - |
| Riscos especiais | 9.545 | (6.176) | 64,70% | - |
| Responsabilidades | 23.337 | (7.879) | 33,76% | - |
| Marítimos | 33.349 | (4.417) | 13,24% | - |
| Transportes | 86.818 | (8.561) | 9,86% | - |
| Habitacional | 109.842 | (19.764) | 17,99% | - |
| Rural | 13.162 | (498) | 3,78% | - |
| Outros | 8.197 | (488) | 5,93% | - |
| Subtotal | 3.365.705 | (142.807) | 4,24% | - |
| Prêmios cedidos em cosseguros e de retrocessão | (55.978) | - | - | - |
| Total | 3.309.727 | (142.807) | - | - |

| Descrição | 2012 | | |
|--|-------------------|----------------------|--------------|
| | Prêmios de seguro | Prêmios de resseguro | |
| Automóvel | 2.289.782 | (2.047) | 0,09% |
| Patrimonial | 150.025 | (49.993) | 33,32% |
| Riscos especiais | 19.989 | (13.044) | 65,26% |
| Responsabilidades | 29.907 | (11.650) | 38,95% |
| Marítimos | 34.114 | (13.704) | 40,17% |
| Transportes | 91.118 | (5.707) | 6,26% |
| Habitacional | 113.025 | (21.918) | 19,39% |
| Outros | 12.669 | (859) | 6,78% |
| Subtotal | 2.740.629 | (118.922) | 4,34% |
| Prêmios cedidos em cosseguros e de retrocessão | (12.076) | - | - |
| Total | 2.728.553 | (118.922) | - |

A Companhia concentra a operação com resseguro no segmento de danos e basicamente em ramos como: riscos nomeados e operacionais, compreensivo empresarial e de condomínio, riscos de engenharia, transportes e cascos. **4.2.4. Risco operacional: (a) Gestão dos riscos operacionais:** O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da organização. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto avaliações além de insumos oriundos de uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistêmica e atualizado semestralmente gerando insumos para a área de gestão de riscos corporativos, controles internos e auditoria interna. Através destes insumos os macroprocessos são avaliados de acordo com o apetite a riscos estabelecidos e plano de ação são determinados para os casos identificados com risco alto. (b) **Continuidade de negócios:** O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Sul América e seus segurados. **4.2.5. Risco estratégico:** A Sul América possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões periódicas para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento aprovado para o ano. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela Sul América um modelo de gestão - o Balanced ScoreCard (BSC) - que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. **4.2.6. Risco legal e compliance:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. A Sul América instituiu uma estrutura de compliance e a figura dos gestores compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. (a) **Auditoria interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da Sul América, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. **4.3. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o ano de 2013, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelo regulador. A Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando desta forma independente do capital regulatório sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos da Companhia. A seguir, a adequação do PLA da Companhia em 31/12/2013.

| Descrição | 2013 |
|---|------------------|
| Patrimônio líquido contábil | 2.770.371 |
| Deduções: | |
| Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas | (1.739.858) |
| Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro | (10.049) |
| Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social | (3.623) |
| Ativos intangíveis | (75.298) |
| Obras de arte | (28) |
| Patrimônio líquido ajustado - PLA (a) | 941.515 |
| Margem de solvência | |
| 0,20 dos prêmios retidos - Média anual dos 12 últimos meses | 633.311 |
| 0,33 dos sinistros retidos - Média anual dos 36 últimos meses | 536.329 |
| Máximo entre prêmios e sinistros | 633.311 |
| Capital base | 15.000 |
| Capital adicional de risco de subscrição (b) | 644.737 |
| Capital adicional de risco operacional (c) | 20.467 |
| Capital adicional de risco de crédito (| |

7. Aplicações: 7.1. Composição das aplicações

| | 2013 | | | | | | Taxa média de juros | Total |
|--|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------------|-----------|
| | Valor justo por meio do resultado | | Disponível para venda | | Mantido até o vencimento | | | |
| | Valor mobiliário avaliado pela curva | Valor mercado / contábil | Valor mobiliário avaliado pela curva | Valor mercado / contábil | Valor contábil | Valor de mercado | | |
| Títulos de renda fixa - Privados | - | - | 193.281 | 194.577 | - | - | - | 194.577 |
| Certificados de depósito bancário | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pós-fixado CDI | - | - | 21.434 | 21.439 | - | - | 104,8%CDI | 21.439 |
| Pós-fixado IPCA | - | - | 16.121 | 16.868 | - | - | IPCA +7,97%a.a. | 16.868 |
| Debêntures | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pós-fixado CDI | - | - | 3.358 | 3.358 | - | - | 106,5%CDI | 3.358 |
| Pós-fixado IPCA | - | - | 3.733 | 3.414 | - | - | IPCA +5,1%a.a. | 3.414 |
| Letras financeiras | - | - | 148.635 | 149.498 | - | - | 109,89%CDI | 149.498 |
| Títulos de renda fixa - Públicos | - | - | 993.272 | 964.363 | 246.359 | 250.259 | - | 1.210.722 |
| Letras financeiras do tesouro | - | - | 568.919 | 568.512 | - | - | SELIC | 568.512 |
| Letras do tesouro nacional | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pré-fixado | - | - | 123.605 | 119.734 | - | - | 11,22%a.a. | 119.734 |
| Notas do tesouro nacional | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Série B - pós-fixado IPCA | - | - | 300.748 | 276.117 | 246.359 | 250.259 | IPCA +5,35%a.a. | 522.476 |
| Títulos de renda variável | - | - | 157 | 242 | - | - | - | 242 |
| Ações | - | - | 157 | 386 | - | - | - | 386 |
| Impairment | - | - | - | (144) | - | - | - | (144) |
| Quotas de fundos de investimentos | 127.702 | 127.697 | - | - | - | - | - | 127.697 |
| Quotas de fundos de investimentos não exclusivos | 116.173 | 116.173 | - | - | - | - | - | 116.173 |
| Quotas de fundos de investimentos exclusivos | 11.529 | 11.524 | - | - | - | - | - | 11.524 |
| DPGE pós CDI | 3.068 | 3.060 | - | - | - | - | CDI | 3.060 |
| Letras financeiras | 5.487 | 5.492 | - | - | - | - | 106,89%CDI | 5.492 |
| Letras financeiras do tesouro | 2.945 | 2.943 | - | - | - | - | SELIC | 2.943 |
| Outros | 29 | 29 | - | - | - | - | - | 29 |
| Total | 127.702 | 127.697 | 1.186.710 | 1.159.182 | 246.359 | 250.259 | - | 1.533.238 |
| Percentual de participação nas aplicações | - | 8,3% | - | 75,6% | 16,1% | - | - | 100% |
| Outras aplicações | - | - | - | - | - | - | - | 1.915 |
| Total | - | - | - | - | - | - | - | 1.535.153 |
| Circulante | - | - | - | - | - | - | - | 1.288.431 |
| Não circulante | - | - | - | - | - | - | - | 246.722 |

| | 2012 | | | | | | Taxa média de juros | Total |
|--|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------------|-----------|
| | Valor justo por meio do resultado | | Disponível para venda | | Mantido até o vencimento | | | |
| | Valor mobiliário avaliado pela curva | Valor mercado / contábil | Valor mobiliário avaliado pela curva | Valor mercado / contábil | Valor contábil | Valor de mercado | | |
| Títulos de renda fixa - privados | - | - | 392.299 | 395.195 | - | - | - | 395.195 |
| Certificados de depósito bancário | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pós-fixado CDI | - | - | 136.750 | 136.803 | - | - | 107,12%CDI | 136.803 |
| Pós-fixado IPCA | - | - | 14.103 | 16.199 | - | - | IPCA +7,97%a.a. | 16.199 |
| Debêntures | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pós-fixado CDI | - | - | 31.268 | 31.402 | - | - | 109,12%CDI | 31.402 |
| Pós-fixado IPCA | - | - | 3.526 | 3.683 | - | - | IPCA +5,1%a.a. | 3.683 |
| Letras financeiras | - | - | 206.652 | 207.108 | - | - | 110,49%CDI | 207.108 |
| Títulos de renda fixa - públicos | - | - | 867.258 | 882.995 | 232.460 | 261.802 | - | 1.115.455 |
| Letras financeiras do tesouro | - | - | 549.895 | 549.811 | - | - | SELIC | 549.811 |
| Títulos da dívida agrária | - | - | 30.749 | 30.937 | - | - | TR+8,28%a.a. | 30.937 |
| Notas do tesouro nacional | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Série B - pós-fixado IPCA | - | - | 286.614 | 302.247 | 232.460 | 261.802 | IPCA +4,85%a.a. | 534.707 |
| Títulos de renda variável | - | - | 156 | 145 | - | - | - | 145 |
| Ações | - | - | 156 | 285 | - | - | - | 285 |
| Impairment | - | - | - | (140) | - | - | - | (140) |
| Quotas de fundos de investimentos | 153.163 | 153.304 | - | - | - | - | - | 153.304 |
| Quotas de fundos de investimentos não exclusivos | 147.167 | 147.167 | - | - | - | - | - | 147.167 |
| Quotas de fundos de investimentos exclusivos | 5.996 | 6.137 | - | - | - | - | - | 6.137 |
| Debêntures pós-fixado CDI | 987 | 987 | - | - | - | - | 100%CDI | 987 |
| Letras financeiras | 2.668 | 2.669 | - | - | - | - | 106,95%CDI | 2.669 |
| Letras financeiras do tesouro | 2.070 | 2.070 | - | - | - | - | SELIC | 2.070 |
| Bônus do tesouro nacional | 281 | 421 | - | - | - | - | - | 421 |
| Outros | (10) | (10) | - | - | - | - | - | (10) |
| Total | 153.163 | 153.304 | 1.259.713 | 1.278.335 | 232.460 | 261.802 | - | 1.664.099 |
| Percentual de participação nas aplicações | - | 9,2% | - | 76,8% | 14,0% | - | - | 100% |
| Outras aplicações | - | - | - | - | - | - | - | 5.655 |
| Total | - | - | - | - | - | - | - | 1.669.754 |
| Circulante | - | - | - | - | - | - | - | 1.432.881 |
| Não circulante | - | - | - | - | - | - | - | 236.873 |

7.2. Movimentação das aplicações

| | Valor justo por meio do resultado | Disponível para venda | Mantido até o vencimento | Total |
|---|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------|
| Saldo em 01/01/2012 | 111.359 | 1.117.448 | 356.247 | 1.585.054 |
| Aplicações | 378.328 | 948.364 | - | 1.326.692 |
| Rendimento resgate | (10.072) | (95.514) | (53.328) | (158.914) |
| Principal resgate | (342.675) | (809.844) | (105.726) | (1.258.245) |
| Resultado financeiro | 16.458 | 102.704 | 35.267 | 154.429 |
| Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos | (94) | (28) | - | (122) |
| Ajuste a valor de mercado | - | 15.205 | - | 15.205 |
| Saldo em 31/12/2012 | 153.304 | 1.278.335 | 232.460 | 1.664.099 |
| Saldo em 31/12/2012 | 153.304 | 1.278.335 | 232.460 | 1.664.099 |
| Aplicações | 878.646 | 1.362.681 | - | 2.241.327 |
| Rendimento resgate (a) | (12.432) | (115.969) | (14.207) | (142.608) |
| Principal resgate | (901.685) | (1.429.668) | - | (2.331.353) |
| Resultado financeiro | 10.727 | 109.930 | 28.106 | 148.763 |
| Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos | (863) | - | - | (863) |
| Ajuste a valor de mercado | - | (46.127) | - | (46.127) |
| Saldo em 31/12/2013 | 127.697 | 1.159.182 | 246.359 | 1.533.238 |

(a) O valor desta linha na classificação "Mantido até o vencimento" se refere aos juros e correção monetária recebidos anualmente do título NTN-B. **7.3. Análise de sensibilidade das aplicações:** As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR. Os ativos não apresentaram DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil e por isso não estão apresentados a seguir.

| | 2013 | 2012 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Fatores de risco | VaR 95% | VaR 95% |
| Pré-fixado | 477 | 1.234 |
| IPCA | 1.234 | 4 |
| Renda variável | 4 | (98) |
| Outros | (98) | - |
| Total | 1.617 | 1.203 |

| | 2012 | 2013 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Fatores de risco | VaR 95% | VaR 95% |
| IPCA | 1.307 | (28) |
| Taxa referencial | (28) | (1) |
| Renda variável | (1) | (75) |
| Outros | (75) | - |
| Total | 1.203 | 1.203 |

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **7.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 31/12/2013 e 2012 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1:** • **Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; **Nível 2:** • **Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Certificados de depósito bancário (CDB) e letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; • **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos.

A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

| Descrição | 2013 | |
|-----------------------------------|---------|-----------|
| | Nível 1 | Nível 2 |
| Ativos financeiros | - | - |
| Equivalentes de caixa | - | 35.434 |
| Aplicações financeiras | - | - |
| Valor justo por meio do resultado | - | 127.697 |
| Disponível para venda | 242 | 1.159.182 |
| Mantido até o vencimento | - | 250.259 |
| Total | 242 | 1.572.330 |

| Descrição | 2012 | |
|-----------------------------------|---------|-----------|
| | Nível 1 | Nível 2 |
| Ativos financeiros | - | - |
| Equivalentes de caixa | - | 17.249 |
| Aplicações financeiras | - | - |
| Valor justo por meio do resultado | - | 153.304 |
| Disponível para venda | 145 | 1.278.190 |
| Mantido até o vencimento | - | 261.802 |
| Total | 145 | 1.710.545 |

8. Prêmios a receber: 8.1. Movimentação dos prêmios a receber: Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O parcelamento médio dos prêmios a receber, no caso de automóveis e Riscos Industriais e Comerciais (RIC), é de 4 vezes. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

| Descrição | Prêmios | Redução do valor recuperável | | Total |
|--|-------------|------------------------------|------|-------------|
| | | 2012 | 2013 | |
| Saldo em 01/01/2012 | 609.237 | (8.424) | - | 600.813 |
| Alteração de práticas contábeis (a) | 7.043 | - | - | 7.043 |
| Saldo ajustado em 01/01/2012 | 616.280 | (8.424) | - | 607.856 |
| Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição | 3.136.953 | (3.006) | - | 3.133.947 |
| RVNE | (13.981) | - | - | (13.981) |
| Recebimentos / reversão | (3.137.665) | 4.317 | - | (3.133.348) |
| Saldo em 31/12/2012 | 601.587 | (7.113) | - | 594.474 |
| Circulante | - | - | - | 589.287 |
| Não circulante | - | - | - | 5.187 |

10.1.1. Tributos a compensar / recuperar

| Descrição | Saldo em 01/01/2012 | | Atualização monetária | Baixa | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---------------------|--------|-----------------------|----------|---------------------|
| | 2012 | 2013 | | | |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | 15.955 | 55.099 | 482 | (63.808) | 7.728 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL | 9.196 | 15.249 | 236 | (19.210) | 5.471 |
| Programa de integração social - PIS | 1.325 | 827 | 2 | (1.499) | 655 |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS | 7.308 | 4.966 | 46 | (9.135) | 3.185 |
| Outros | 424 | 181 | 1 | (151) | 455 |
| Total | 34.208 | 76.322 | 767 | (93.803) | 17.494 |
| Circulante | - | - | - | - | 14.622 |
| Não circulante | - | - | - | - | 2.872 |

| Descrição | Saldo em 31/12/2012 | | Atualização monetária | Baixa | Saldo em 31/12/2013 |
|---|---------------------|--------|-----------------------|----------|---------------------|
| | 2012 | 2013 | | | |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | 7.728 | 63.180 | 291 | (56.034) | 15.165 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL | 5.471 | 26.949 | 1.058 | (28.356) | 5.122 |
| Programa de integração social - PIS | 655 | 55 | - | (425) | 285 |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS | 3.185 | 254 | - | (2.520) | 919 |
| Outros | 455 | - | - | (253) | 202 |
| Total | 17.494 | 90.438 | 1.349 | (87.588) | 21.693 |
| Circulante | - | - | - | - | 21.693 |

10.1.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

| Descrição | Saldo em 01/01/2012 | | Constituição | Realização | Saldo em 31/12/2012 |
|--|---------------------|--------|--------------|------------|---------------------|
| | 2012 | 2013 | | | |
| Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais | 142.569 | 23.350 | (5.062) | - | 160.857 |
| Redução ao valor recuperável de créditos | 7.378 | 9.463 | - | - | 16.841 |
| Provisões indedutíveis | | | | | |

(a) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados. Em 31/12/2013, o saldo acumulado de base negativa de contribuição social a compensar de R\$24.151 é oriundo do exercício de 2004, e sua total realização está prevista para 2014. A Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam em 31/12/2013 R\$336.272 (R\$390.538 em 2012) e totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$81.236 (R\$92.089 em 2012). Estes créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2013. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias, exceto quando relacionados a diferenças temporárias oriundas de amortizações de ágio de investimentos permanentes. **11. Outros créditos operacionais:** O montante principal que compõe a conta refere-se a valores a receber da Caixa Econômica Federal, oriundo de operações de seguros habitacionais (Sistema Financeiro de Habitação - SFH), mensurados pelo custo amortizado e que em 31/12/2013 era de R\$ 389.805 (R\$251.151 em 2012) e ao montante de R\$100.000, em 31/12/2013, referentes a antecipação do pagamento de sinistro relativo a operação de resseguro. Há uma contrapartida relativa à antecipação recebida dos resseguradores, registrada na rubrica "Outros débitos operacionais", no montante de R\$99.400.

12. Outros valores e bens:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Salvados e ressarcimentos (a) | 34.227 | 32.592 |
| Ressarcimentos recebidos | 2.220 | 5.463 |
| Total | 36.447 | 38.055 |
| Circulante | 36.447 | 38.055 |

(a) Salvados e ressarcimentos

| Descrição | Quantidade | Saldo |
|------------------------------|--------------|---------------|
| de 01 a 30 dias em estoque | 1.155 | 14.070 |
| de 31 a 60 dias em estoque | 496 | 5.724 |
| de 61 a 120 dias em estoque | 374 | 3.597 |
| de 121 a 180 dias em estoque | 169 | 1.898 |
| de 181 a 365 dias em estoque | 255 | 3.206 |
| mais de 365 dias em estoque | 660 | 5.732 |
| Total | 3.109 | 34.227 |

| Descrição | Quantidade | Saldo |
|------------------------------|--------------|---------------|
| De 01 a 30 dias em estoque | 2.107 | 23.114 |
| De 31 a 60 dias em estoque | 72 | 731 |
| De 61 a 120 dias em estoque | 68 | 471 |
| De 121 a 180 dias em estoque | 58 | 627 |
| De 181 a 365 dias em estoque | 229 | 2.349 |
| Mais de 365 dias em estoque | 559 | 5.300 |
| Total | 3.093 | 32.592 |

13. Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

| | Seguro direto e cosseguro | Cosseguro aceito | Total |
|-------------------------------------|---------------------------|------------------|----------------|
| Saldo em 01/01/2012 | 257.530 | 710 | 258.240 |
| Alteração de práticas contábeis (a) | 1.166 | - | 1.166 |
| Saldo ajustado em 01/01/2012 | 258.696 | 710 | 259.406 |
| Custo de aquisição ocorrido | 609.086 | 1.862 | 610.948 |
| Amortização (565.427) | (1.530) | (566.957) | |
| Cancelamento (34.328) | (546) | (34.874) | |
| RVNE (2.834) | - | (2.834) | |
| Saldo em 31/12/2012 | 265.193 | 496 | 265.689 |
| Circulante | 265.193 | 496 | 265.689 |
| Não circulante | - | - | 3.887 |

| | Seguro direto e cosseguro | Cosseguro aceito | Total |
|-----------------------------|---------------------------|------------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2012 | 265.193 | 496 | 265.689 |
| Custo de aquisição ocorrido | 700.071 | 1.429 | 701.500 |
| Amortização (612.351) | (1.145) | (613.496) | |
| Cancelamento (35.059) | (76) | (35.135) | |
| RVNE 2.342 | - | (2.342) | |
| Saldo em 31/12/2013 | 320.196 | 704 | 320.900 |
| Circulante | 316.745 | 542 | 317.287 |
| Não circulante | 3.451 | 162 | 3.613 |

(a) Vide nota 2.1.

14. Participações societárias:

| | Sul América Companhia de Seguros Gerais - SASG | Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE (b) | Total |
|--|--|--|------------------|
| Saldo em 01/01/2012 | 7.351 | 1.277.309 | 1.284.660 |
| Alteração de práticas contábeis | - | 5.861 | 5.861 |
| Saldo ajustado em 01/01/2012 | 7.351 | 1.283.170 | 1.290.521 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | (160) | (66.949) | (67.109) |
| Equivalência patrimonial (a) (b) | 611 | 266.029 | 266.640 |
| Ganho de capital | - | 218 | 218 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 10 | 14.022 | 14.032 |
| Saldo em 31/12/2012 | 7.812 | 1.496.490 | 1.504.302 |
| Aumento de capital | - | 120.000 | 120.000 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | (226) | (65.800) | (66.026) |
| Equivalência patrimonial (a) (b) | 952 | 228.259 | 229.211 |
| Ganho de capital | - | 801 | 801 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | (1) | (48.429) | (48.430) |
| Saldo em 31/12/2013 | 8.537 | 1.731.321 | 1.739.858 |

| | 2013 | 2012 | |
|-----------------------------------|----------------------|---|--------------|
| Descrição | Gerais - SASG | Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE (b) | Total |
| Ativo | 54.638 | 5.258.521 | 5.313.159 |
| Passivo | 38.456 | 2.599.293 | 2.637.749 |
| Patrimônio líquido | 16.182 | 2.659.228 | 2.675.410 |
| Receita líquida | 27.702 | 5.780.923 | 5.808.625 |
| Lucro líquido do exercício | 1.803 | 358.815 | 360.618 |
| Percentual de participação (%) | 52,6884% | 65,2664% | |
| Valor contábil do investimento | 8.537 | 1.731.321 | 1.739.858 |
| Quantidade de ações ordinárias | 61.019 | 34.812.638 | 34.873.657 |
| Quantidade de ações preferenciais | 61.020 | 12.416.474 | 12.477.494 |

(a) Em 31/12/2013, a equivalência patrimonial de R\$229.211 (R\$266.640 em 2012) está registrada na rubrica "Resultado patrimonial", que contempla também outras receitas e despesas patrimoniais de R\$109 (R\$159 em 2012); (b) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de sua investida CIA. SAÚDE, provenientes da harmonização com as práticas contábeis da SUSEP não adotadas pelo órgão regulador da investida. **15. Contas a pagar: 15.1. Obrigações a pagar:**

| Descrição | 2013 | 2012 |
|--|----------------|----------------|
| Obrigações fiscais (Nota 21) | 285.024 | 322.340 |
| Refinanciamento fiscal - REFIS (a) | 27.498 | 132 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 92.863 | 110.435 |
| Honorários de administradores a pagar | 4.626 | 6.826 |
| Participações no lucro | 14.565 | 12.688 |
| Demais | 31.026 | 33.180 |
| Total | 455.602 | 485.601 |
| Circulante | 159.096 | 163.261 |
| Não circulante | 296.506 | 322.340 |

(a) Refinanciamento fiscal - REFIS: A SALIC aderiu ao Refinanciamento Fiscal - REFIS cujo prazo foi reaberto pela Lei 12.865, e parcelaram valores devidos relativos à CSLL e INSS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas no REFIS foi de R\$27.498 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais), que será pago em 30 parcelas iguais e mensais, atualizadas com base na variação da taxa SELIC. O montante de R\$ 8.294 (líquido da redução dos benefícios), registrado no passivo circulante, será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Na Companhia, em 31/12/2013, as obrigações correspondem a R\$16.016 no passivo circulante e de R\$11.482 no passivo não circulante.

15.2. Outras contas a pagar:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Contas a pagar fornecedores | 16.720 | 10.063 |
| Compromissos mobiliários a pagar | 15.067 | 13.345 |
| Operações de seguros | 1.722 | 8.737 |
| Honorários advocatícios | 4.226 | 4.227 |
| Outros | 10.930 | 6.142 |
| Total | 48.665 | 42.514 |
| Circulante | 44.439 | 38.287 |
| Não circulante | 4.226 | 4.227 |

16. Débitos de operações com seguros e resseguros: • Corretores de seguros e resseguros:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Seguro direto e cosseguro cedido | 51.789 | 46.746 |
| Seguro direto e cosseguro cedido - RVNE | 17.044 | 14.701 |
| Cosseguro aceito | 394 | 246 |
| Outros | 225 | 225 |
| Total | 69.452 | 61.918 |
| Circulante | 69.452 | 61.918 |

17. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de prêmios e prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

| Descrição | 2013 | | 2012 | |
|-------------------|---------------|------------|---------------|---------------|
| | Prêmio direto | Cosseguro | Prêmio direto | Cosseguro |
| De 01 a 30 dias | 12.046 | 105 | 12.151 | 9.920 |
| De 31 a 60 dias | 1.704 | 34 | 1.738 | 1.340 |
| De 61 a 120 dias | 2.401 | 278 | 2.679 | 1.465 |
| De 121 a 180 dias | 1.080 | 26 | 1.106 | 935 |
| De 181 a 365 dias | 488 | 56 | 544 | 311 |
| Acima de 365 dias | 1.645 | 348 | 1.993 | 1.087 |
| Total | 19.364 | 847 | 20.211 | 15.058 |

18. Provisões técnicas - Seguros: 18.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros: (a) Danos

| | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR | Total |
|-------------------------------------|--------------------------------|---|------------------|
| Saldo em 01/01/2012 | 1.320.293 | 1.081.489 | 2.401.782 |
| Alteração de práticas contábeis (a) | 7.043 | - | 7.043 |
| Saldo ajustado em 01/01/2012 | 1.327.336 | 1.081.489 | 2.408.825 |
| Emissões | 2.819.370 | - | 2.819.370 |
| Pagamentos/ baixas / cancelamentos | (215.000) | (1.779.668) | (1.994.668) |
| Prêmios ganhos | (2.641.657) | - | (2.641.657) |
| Avisados / alterações | - | 1.500.681 | 1.500.681 |
| Correção monetária / juros | - | 76.194 | 76.194 |
| Varição do IBNR / IBNC | - | 23.838 | 23.838 |
| Saldo em 31/12/2012 | 1.290.049 | 902.534 | 2.192.583 |
| Outras provisões | - | 1.313 | 1.313 |
| Total | 1.290.049 | 903.847 | 2.193.896 |
| Circulante | 1.290.049 | 903.847 | 2.193.896 |
| Não circulante | - | - | 241.021 |

(a) Vide nota 2.1.

Em 31/12/2013 e 2012, a PSL contempla sinistros em disputa judicial, relacionados principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis. Em 31/12/2013 e 2012, a posição de sinistros em disputa judicial era a seguinte:

| Descrição | Danos 2013 | | Danos 2012 | |
|-----------------|--------------|-------------------|----------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor de abertura | Quantidade | Valor provisionado |
| Até 02 Anos | 2.649 | 112.475 | 49.924 | 50.656 |
| 02 a 05 Anos | 1.260 | 104.372 | 47.108 | 43.380 |
| 05 a 10 Anos | 851 | 234.205 | 192.980 | 189.219 |
| Mais de 10 Anos | 322 | 77.164 | 42.948 | 37.714 |
| Subtotal | 5.082 | 528.216 | 332.960 | 320.969 |

| Descrição | Pessoas 2013 | | Pessoas 2012 | |
|-----------------|--------------|-------------------|----------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor de abertura | Quantidade | Valor provisionado |
| 02 a 05 Anos | - | - | 1 | 94 |
| Subtotal | - | - | 1 | 94 |
| Total | 5.082 | 528.216 | 332.960 | 321.063 |

Em 31/12/2013, o valor total em discussão dos sinistros em processos judiciais civis cuja probabilidade de perda é classificada como "possíveis" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$ 1.391.288 (R\$666.311 em 2012), com resseguro de R\$ 1.318.217 (R\$ 648.127 em 2012), que representa um valor residual de R\$ 73.071 (R\$18.184 em 2012). **18.2. Garantia das provisões técnicas:** As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|------------------|------------------|
| Provisões técnicas de seguros | 2.620.522 | 2.470.156 |
| Total das provisões técnicas | 2.620.522 | 2.470.156 |
| (-) Ativos de resseguro - Provisões técnicas | 392.461 | 569.964 |
| (-) Custo de aquisição diferido redutores de PPNG | 200.000 | - |
| (-) Depósitos judiciais | 1.544 | 1.952 |
| (-) Direitos creditórios | 561.345 | 441.064 |
| (-) Depósitos especiais/ Provisões retidas - IRB | 1.315 | 6.074 |
| Montante a ser garantido | 1.463.857 | 1.451.102 |

19. Partes relacionadas: 19.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

| Descrição | Categoria | Controladora | Ativo | | Passivo | | Receita | | Despesa | |
|---|-----------------------|---|--------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|---------|
| | | | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Sul América S.A. (a) (b) (c) (d) (e) | Controladora indireta | Sulasapar Participações S.A. | 135 | 131 | 28.736 | 31.775 | 186 | 192 | - | - |
| Sulasapar Participações S.A. (d) (e) | Controladora indireta | Sulasa Participações S.A. | 68 | 66 | - | - | 93 | 96 | - | - |
| Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d) (e) | Controladora direta | Sul América S.A. | 571 | 1.395 | 69.847 | 83.121 | 626 | 2.788 | - | - |
| Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (d) (e) | Controlada | Sul América Companhia Nacional de Seguros | 63.851 | 60.584 | - | 17 | 16.816 | 7.784 | - | (17) |
| Sul América Companhia de Seguros Gerais (a) (d) (e) | Controlada | Sul América Companhia Nacional de Seguros | 356 | 145 | - | 4 | - | 60 | - | - |
| Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (e) (h) | Controlada indireta | Sul América Companhia de Seguro Saúde | 48 | 33 | 290 | 269 | 105 | 99 | (3.813) | (3.645) |
| Sul América Seguro Saúde S.A. (d) (e) | Controlada indireta | Companhia de Seguro Saúde Sul América | - | 4.593 | - | 157 | - | 12.565 | - | (414) |
| Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (e) (g) | Controlada indireta | Companhia de Seguro Saúde Sul América | 16.072 | 16.936 | - | 670 | 3.226 | 3.886 | (554) | (495) |
| Nova Ação Participações S.A. (d) | Ligada | Sulasapar Participações S.A. | 68 | 66 | - | - | 93 | 96 | - | - |
| Sul América Saúde Companhia de Seguros (d) (e) | Controlada indireta | Sul América Companhia de Seguro Saúde | 1.415 | 156 | - | - | 209 | 130 | - | - |
| Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d) (e) | Controlada indireta | Sul América Companhia de Seguro Saúde | 270 | 262 | 102 | 1 | 372 | 383 | - | - |
| Sul América Serviços de Saúde S.A. (e) (f) | Controlada indireta | Companhia de Seguro Saúde Sul América | - | - | - | 1 | - | 419 | (4.975) | (3.027) |
| Sul América Odontológico S.A. (e) | Controlada indireta | Companhia de Seguro Saúde Sul América | 2 | 2 | - | - | - | - | - | - |
| Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (e) | Controlada indireta | Sul América Santa Cruz Participações S.A. | 174 | 83 | 2 | - | 174 | - | (63) | (98) |
| J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (i) | Outros | Sul América | - | - | - | - | - | - | (456) | (1.319) |
| Gouvea Vieira Advocacia (i)</ | | | | | | | | | | |

| Tributárias: (a) | | | | | |
|----------------------------|----------------|---------------|---------------|-----------------|----------------|
| PIS..... | 101.154 | 18.981 | 6.000 | (1) | 126.134 |
| COFINS..... | 87.579 | - | 5.147 | (3) | 92.723 |
| CSLL..... | 62.910 | 6.252 | 4.370 | (14.453) | 59.079 |
| IRPJ..... | 23.399 | 6.048 | 1.582 | (5.150) | 25.879 |
| INSS..... | 108.344 | 7.217 | 5.810 | (710) | 120.661 |
| Honorários..... | 9.627 | 33 | 1.284 | - | 10.944 |
| Outros..... | 7.224 | 143 | 408 | (175) | 7.600 |
| Subtotal | 400.237 | 38.674 | 24.601 | (20.492) | 443.020 |
| Total..... | 400.237 | 38.674 | 24.601 | (20.492) | 443.020 |
| Circulante..... | 39.308 | | | | 39.308 |
| Não circulante..... | 540.416 | | | | 540.416 |

| Descrição | Saldos em 31/12/2012 | Adições | Atualização monetária | Pagamentos / Baixas | Saldos em 31/12/2013 |
|-------------------------------|----------------------|---------------|-----------------------|---------------------|----------------------|
| Cíveis e trabalhistas: | | | | | |
| Cíveis..... | 95.773 | 11.218 | 9.249 | (33.276) | 82.964 |
| Honorários..... | 9.776 | 1.308 | - | (2.595) | 8.489 |
| Trabalhistas..... | 29.818 | 24.613 | 2.632 | (26.173) | 30.890 |
| Outros..... | 1.337 | 160 | 75 | (164) | 1.408 |
| Subtotal | 136.704 | 37.299 | 11.956 | (62.208) | 123.751 |
| Tributárias: (a) | | | | | |
| PIS..... | 126.134 | - | 6.554 | (45.799) | 86.889 |
| COFINS..... | 92.723 | - | 4.634 | - | 97.357 |
| CSLL..... | 59.079 | 9.711 | 4.333 | (18.193) | 54.930 |
| IRPJ..... | 25.879 | 1.118 | 1.609 | - | 28.606 |
| INSS..... | 120.661 | 8.003 | 5.776 | - | 134.440 |
| Honorários..... | 10.944 | 1.832 | 732 | (593) | 12.915 |
| Outros..... | 7.600 | 3 | 275 | (3.452) | 4.426 |
| Subtotal | 443.020 | 20.667 | 23.913 | (68.037) | 419.563 |
| Total..... | 443.020 | 20.667 | 23.913 | (68.037) | 419.563 |
| Circulante..... | 34.806 | | | | 34.806 |
| Não circulante..... | 508.508 | | | | 508.508 |

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2013 são de R\$285.024 (R\$322.340 em 2012), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 15.1). **21.2. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2013 e 2012, são: • **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. Os valores questionados estão provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração. • **PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à SALIC o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar n.º 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Desta forma, realizamos a baixa do valor de R\$45.799 e iniciamos os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. • **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia obteve liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio do exercício, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obteve a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto por uma das suas Controladas. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. • **CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, a Companhia ficou sujeita a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. As controladas da atividade de seguros obtiveram liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Com a publicação da sentença nos autos do Mandado de Segurança nº 97.0003760-6, que negou o pedido da SALIC de calcular a CSLL com base na alíquota prevista no caput do artigo 19 da Lei n.º 9.249/1995, deixando de atender ao disposto no artigo 2º da Lei n.º 9.316/1996, a providência registrada no montante de R\$ 18.193 foi baixada. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, ela passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Assim, transitou em julgado a decisão do Mandado de Segurança nº 96.0006174-2, que também assegurou o direito das Impetrantes (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes - Cia de Seguros, incorporada pela SALIC e SALIC) de não se sujeitarem às disposições da EC n.º 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. Assim, as impetrantes iniciaram os procedimentos de levantamento das parcelas dos valores depositados que lhes pertencem de acordo com a decisão definitiva do processo. **21.3. Provisões judiciais:** As principais ações de provisões judiciais em 31/12/2013 e 2012, são: • **INSS:** A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. **21.4. Contingências:** Em 31/12/2013, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$283.283 (R\$294.595 em 2012). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$147.457 (R\$176.832 em 2012) refere-se basicamente a obrigações fiscais. A parcela não provisionada, no valor de R\$135.825 (R\$117.763 em 2012) é composta principalmente por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A., nos anos calendarários 2006 e 2007, PIS Emendas Constitucionais, dedutibilidade de tributos com exigibilidade suspensa, e não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa. Em 31/12/2013, o valor total em discussão dos processos judiciais cíveis e trabalhistas cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de, respectivamente, R\$ 1.867 (R\$1.002 em 31/12/2012) e R\$15.758 (R\$18.328 em 31/12/2012). **22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social:** O capital social da Companhia, em 31/12/2013, é de R\$ 1.650.000, dividido em 409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. **22.2. Reserva de capital:** Refere-se ao ágio apurado na aquisição, em 08/07/2010, de ações representativas de 49,92% no capital da Sul América Saúde Companhia de Seguros - SULASAÚDE, anteriormente denominada Brasília Saúde Companhia de Seguros "BRASILSAÚDE" pela controlada indireta "SAÚDE", incorporada pela "CIA SAÚDE", quando passou a deter a totalidade do capital da SULA SAÚDE. A Companhia detinha, indiretamente, 63,50% do capital social da SAÚDE e registrou em seu patrimônio líquido, de forma reflexa, a parcela que é proporcional à sua participação. **22.3. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **22.4. Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **22.5. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. **22.6. Política de distribuição de dividendos:** • Dividendos obrigatórios: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **22.7. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2013 e 2012, a distribuição de dividendos da Companhia é a seguinte:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro antes dos impostos e participações | 481.698 | 436.149 |
| (-) Impostos e contribuições..... | (79.593) | (15.032) |
| (-) Participações..... | (12.839) | (12.688) |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 389.266 | 408.429 |
| Alteração de práticas contábeis..... | - | 754 |
| Lucro líquido do exercício | 389.266 | 409.183 |
| (-) Constituição da reserva legal (5%)..... | (19.463) | (20.459) |
| Lucro líquido ajustado | 369.803 | 388.724 |
| Dividendos obrigatórios | | |
| 25% do lucro líquido ajustado | 92.451 | 97.181 |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido a ser considerado nos dividendos..... | 89.250 | 110.021 |
| Bruto..... | 105.000 | 129.437 |
| Imposto de renda..... | (15.750) | (19.416) |
| Saldo dos dividendos obrigatórios | 3.201 | 97.181 |
| Juros sobre capital próprio líquidos excedentes ao dividendo obrigatório..... | - | 12.840 |
| Saldo dos dividendos obrigatórios propostos | 3.201 | 110.021 |
| Destinação: | | |
| Constituição de reserva estatutária | 261.602 | 259.287 |
| Expansão de negócios (Até 71,25% do lucro líquido do exercício)..... | 261.602 | 259.287 |

23. Detalhamento das contas do resultado: 23.1. Principais ramos de atuação:

| | 2013 | | | 2012 | | |
|-----------------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| | Prêmios ganhos | Sinis-tralidade | Comis-sionamento | Prêmios ganhos | Sinis-tralidade | Comis-sionamento |
| Automóveis..... | 2.588.488 | 59,80% | 22,30% | 2.285.064 | 64,60% | 25,20% |
| Transportes..... | 84.868 | 63,30% | 19,60% | 92.554 | 49,10% | 19,30% |
| Incêndio (a)..... | 44.471 | 124,50% | 15,10% | 46.010 | -74,10% | 16,90% |
| Riscos diversos..... | 9.915 | 202,80% | 28,30% | 8.821 | 39,50% | 28,30% |
| Responsabilidade civil..... | 18.419 | 98,90% | 24,10% | 57.355 | 13,50% | 8,20% |
| Outros..... | 309.421 | 51,60% | 19,00% | 268.437 | 29,30% | 17,00% |
| Total..... | 3.055.582 | | | 2.758.241 | | |

(a) Em 31/12/2012, a reversão dos processos referente aos sinistros de incêndio foi superior aos sinistros ocorridos no ano, gerando o percentual negativo. **23.2. Sinistros ocorridos:**

| | 2013 | 2012 |
|---|--------------------|--------------------|
| Sinistros..... | (2.014.789) | (1.734.639) |
| Recuperação de sinistros..... | 25.714 | 30.136 |
| Salvados e ressarcimentos..... | 162.385 | 148.993 |
| Variação de sinistros ocorridos mas não avisados..... | (27.230) | (22.718) |
| Total..... | (1.853.920) | (1.578.228) |

23.3. Custos de aquisição:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Comissões: | | |
| Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos..... | (711.542) | (613.962) |
| Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos..... | 40.753 | 40.181 |
| Sobre prêmios cedidos..... | 1.374 | 1.107 |
| Variação de custos de aquisição diferidos..... | 3.625 | (81.908) |
| Total..... | (665.790) | (654.582) |

23.4. Outras receitas e despesas operacionais:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|--|-----------------|------------------|
| Despesas com operações de seguros..... | (55.955) | (49.857) |
| Serviços técnicos de seguros..... | (5.125) | (13.611) |
| Receita com emissão de apólice (a)..... | 53.008 | - |
| Variação no valor recuperável dos prêmios e tributos a receber..... | (25.994) | (23.711) |
| Constituição de provisão para ações judiciais e outras operações de seguros..... | 2.550 | (9.824) |
| Outras despesas e receitas operacionais..... | (18.928) | (3.253) |
| Total..... | (50.444) | (100.256) |

(a) Refere-se à apropriação no resultado, pelo prazo de vigência dos contratos, do saldo remanescente do custo de apólice que vinha sendo diferido até 31/12/2012. Conforme nota 2.1, com a extinção do custo de apólice e da respectiva conta específica pela SUSEP. **23.5. Resultado com resseguro:**

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|----------------|-----------------|
| Receita com resseguro | | |
| Indenizações e despesas com sinistros de resseguros..... | 136.737 | 251.350 |
| Reversão de provisão para processos judiciais (a)..... | - | (269.039) |
| Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados..... | 4.657 | 4.028 |
| Receitas com participação em lucros..... | 1.857 | - |
| Total..... | 143.251 | (13.661) |

Despesa com resseguro
Prêmios de resseguros..... (142.807) (118.922)
Variação das provisões técnicas de resseguros Salvados e ressarcimentos..... 11.978 (39.116) (3.199) (5.906)
Total..... (134.028) (163.944)

Resultado com operações de resseguro..... 9.223 (177.605)

(a) Parte de resseguro relativa a processos judiciais que foram revertidos no ano. **23.6. Despesas administrativas:**

| Descrição | 2013 | 2012 |
|--|-----------|-----------|
| Pessoal próprio (a)..... | (185.887) | (123.099) |
| Remuneração baseada em ações..... | (1.244) | (2.514) |
| Serviço de terceiros..... | (117.652) | (113.436) |
| Localização e funcionamento..... | (111.894) | (109.148) |
| Publicidade e propaganda..... | (19.723) | (11.395) |
| Recuperação de despesa administrativa..... | 1.163 | 5.383 |
| Outras despesas administrativas..... | (5.035) | (4.570) |
| Total..... (440.272) (358.779) | | |

(a) Em 31/12/2013 e 2012, os benefícios aos funcionários estão representados basicamente por:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|--|----------|----------|
| Remunerações..... | (92.180) | (48.084) |
| Encargos sociais..... | (34.518) | (20.305) |
| Indenizações e rescisões..... | (15.324) | (17.468) |
| Vale alimentação, refeição e transporte..... | (20.281) | (12.677) |
| Seguro de vida, saúde e odontológico..... | (5.763) | (3.676) |
| Previdência privada..... | (2.242) | (1.261) |
| Outros benefícios..... | (3.751) | (3.228) |
| Total..... (174.059) (106.699) | | |

23.7. Despesas com tributos:

| | 2013 | 2012 |
|-------------------------------------|----------|----------|
| Cofins..... | (53.993) | (52.390) |
| Pis (a)..... | 36.981 | (27.531) |
| Outros..... | (5.909) | (2.228) |
| Total..... (22.921) (82.149) | | |

(a) Em 2013, a Companhia realizou a reversão da ação judicial referente ao Pis no montante de R\$45.799 conforme mencionado na nota 21.2. **23.8. Resultado financeiro por categoria:**

| Descrição | 2013 | 2012 |
|--|----------------|----------------|
| Títulos e valores mobiliários | 148.763 | 154.429 |
| Valor justo por meio do resultado..... | 10.727 | 16.458 |
| Disponível para venda..... | 109.930 | 102.704 |
| Mantido até o vencimento..... | 28.106 | 35.267 |
| Operações de seguros - outros..... | 63.997 | 63.061 |

Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais...

| | | |
|--------------------|----------------|----------------|
| Outros..... | 5.269 | (3.480) |
| Total..... | 1.480 | 7.218 |
| Total..... | 219.509 | 221.228 |

• Receitas financeiras

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---|----------------|----------------|
| Valorização de quotas de fundos de investimentos..... | 42.727 | 37.806 |
| Títulos de renda fixa - Privados..... | 25.277 | 36.863 |
| Títulos de renda fixa - Públicos..... | 121.898 | 105.396 |
| Operações de seguros..... | 103.170 | 83.977 |
| Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais..... | 47.463 | 33.277 |
| Outras..... | 10.010 | 11.016 |
| Total..... | 350.545 | 308.335 |

• Despesas financeiras

| Descrição | 2013 | 2012 |
|--|----------|----------|
| Operações de seguros..... | (39.173) | (20.916) |
| Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados..... | (41.139) | (25.636) |
| Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais..... | (42.194) | (36.757) |
| Outras..... | (8.530) | (3.798) |
| Total..... (131.036) (87.107) | | |

23.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:

| | 2013 | | 2012 | |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| Descrição | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações..... | 481.698 | 481.698 | 436.149 | 436.149 |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais..... | (120.425) | (72.255) | (109.037) | (65.422) |

| | 2013 | | 2012 | |
|-------------------|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| Descrição | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Correntes: | | | | |

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros (“Companhia”) no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, até a presente data:

- Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria (“Comitê”);
- Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia;
- Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia;
- Com base nas informações das auditorias independente e interna, não

identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e

- Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 29 da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004.

3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014. Carlos José da Silva Azevedo - Presidente; Jorge Augusto Hirs Saab - Membro; Domingos Carelli Neto - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Companhia Nacional de Seguros - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sul América Companhia Nacional de Seguros (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP13860/O-7